

HABEAS CORPUS Nº 548.742 - SP (2019/0357627-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **MARCOS ALVES DA SILVA**
ADVOGADO : **MARCOS ALVES DA SILVA - SP231159**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **PAULO URIAS BARBOSA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PAULO URIAS BARBOSA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0000399-78.2017.8.26.0569).

Consta dos autos que o paciente, e outro corréu, foi denunciado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, em decorrência da apreensão de aproximadamente **173,42g (cento e setenta e três gramas e quarenta e dois centigramas) de cocaína e 114,80g (cento e quatorze gramas e oitenta centigramas) de maconha (e-STJ fl. 32)**. Ao ora paciente foram impostas as penas de 8 anos de reclusão, em regime fechado, e 1.200 dias-multa.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, tendo a Corte de origem dado parcial provimento ao apelo apenas para absolver o ora paciente e o corréu do delito do art. 35 da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fl. 67).

No presente *writ*, a defesa alega ter sido negado o privilégio do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 sem fundamentação idônea, pois a Corte local não demonstrou a dedicação do paciente a atividades ilícitas ou seu envolvimento com traficância habitual, sendo que a quantidade de droga, por si só, não pode levar a essa conclusão.

Pleiteia, em caráter liminar e no mérito, que o paciente possa aguardar em regime aberto o julgamento deste *habeas corpus*, e, no mérito, seja reconhecida a minorante do 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 e fixada no máximo legal, bem como ratificado o regime aberto.

É, em síntese, o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator